

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.
CURSO DE PEDAGOGIA – PARFOR/CAPES/UEPB

MARIA DE FÁTIMA DA SILVA

EDUCAÇÃO NO CAMPO E A REALIDADE DA ESCOLA MUNICIPAL
DE ENSINO FUNDAMENTAL VEREADOR ISRAEL CORREIA DINIZ

JOÃO PESSOA

2014

MARIA DE FÁTIMA DA SILVA

**EDUCAÇÃO NO CAMPO E A REALIDADE DA ESCOLA MUNICIPAL
DE ENSINO FUNDAMENTAL VEREADOR ISRAEL CORREIA DINIZ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Universidade Estadual da Paraíba como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciatura Plena em Pedagogia

Orientador: Prof. Mst. Wallene de Oliveira Cavalcante

JOÃO PESSOA

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586e Silva, Maria de Fátima da
Educação no Campo e a Realidade da Escola Municipal de
Ensino Fundamental Vereador Israel Correia Diniz [manuscrito] : /
Maria de Fátima da Silva. - 2014.
25 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia
EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino
Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Prof. Ma. Wallene de Oliveira Cavalcante,
Secretaria de Educação à Distância".

1. Educação no campo. 2. Homem do campo. 3. Exclusão
social. I. Título.

21. ed. CDD 370.11

MARIA DE FÁTIMA DA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Universidade Estadual da Paraíba como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciatura Plena em Pedagogia

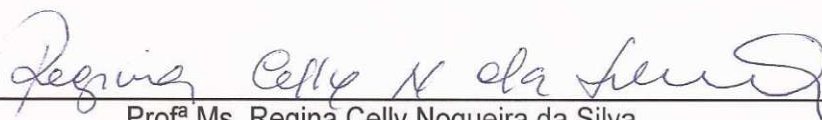
Data da Aprovação 26/07/2014

Nota 10,0

BANCA EXAMINADORA



Orientador: Prof. Mst. Wallene de Oliveira Cavalcante



Profª Ms. Regina Celly Nogueira da Silva
Membro Interno - UEPB

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus a toda minha família que sempre estiveram ao meu lado e sei que sempre estarão me dando apoio nas horas difíceis e me ajudando a vencer os desafios que a vida ainda possa me proporcionar

*Só é digno da liberdade, como da vida, aquele que se
empenha em conquistá-la.*

Johann Goethe

RESUMO

O presente trabalho parte da análise da história da educação do campo no Brasil. Parte-se de uma análise histórica desde o processo de colonização. Busca-se entender porque por muitas décadas a sociedade rural esteve quase sempre, na tangente da sociedade, ao mesmo tempo. Busca-se entender o ponto de vista dos homens e mulheres do campo numa, neste sentido e entender como a educação desenvolvida no campo deve ser diferenciada, neste sentido, abre-se um grande leque de povos que podem ser denominados de povos do campo. Entende-se assim que se faz necessário a construção de um projeto que se funde por base em novos valores éticos e culturais. Por fim, faz-se uma análise da questão do homem do campo, tendo por base a Escola Municipal de Ensino Fundamental Vereador Israel Correia Diniz, localizada na zona rural de Santa Rita – PB que apresenta realidade cruel, extensa exclusão social dos indivíduos do meio rural e o esquecimento, com o avanço do capitalismo no campo.

PALAVRAS – CHAVES: Educação, Campo, Trabalhadores

ABSTRACT

This work starts from the analysis of the history of rural education in Brazil. Part is an analysis history from the colonization process is Searching understand why for many decades rural society was almost always in the tangent of society, while search is to understand the point of view of men and women in the field in this sense and understand how education developed in the field should be differentiated, in this sense, opens up a wide range of people who can be called people of the countryside. It is understood so it is necessary to build a project that merges based on new ethical and cultural values. Finally, it is an analysis of the issue of the home field, based on the Municipal Primary School Alderman Israel Diniz Belt, located in the countryside of Santa Rita - PB presenting cruel reality, extensive social exclusion of individuals from the middle rural and oblivion, with the advance of capitalism in the countryside.

KEYWORDS: Education Field Workers

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1. A REALIDADE EDUCACIONAL DO CAMPO.....	11
2. A CONCEPÇÃO DE PAULO FREIRE ACERCA DA EDUCAÇÃO NO CAMPO.....	15
3. A PARTICIPAÇÃO DO PODER PÚBLICO NAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DO CAMPO.....	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
REFERÊNCIAS.....	24

INTRODUÇÃO

Eu Maria de Fátima da Silva, que desde os três estagio supervisionado art.;1º do regulamento do estágio da UEPB é uma exigência da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (no.9394/96).O estágio é de suma importância, pois nele que colocamos em prática o que já foi visto na teoria durante todo o curso.

O presente estudo conhecer as problemáticas da gestão escolar, através de estágio com o objetivo de perceber os processos da gestão escolar.É através desde contato que podemos fortalecer tudo que já estudado na teoria durante todo o curso, podendo observar o que na prática realmente acontece.Depois de todo o estágio perceber que é uma ferramenta para minha vida profissional este estágio foi realizado na Escola Municipal do Ensino Fundamental Vereador Israel Corrêia Diniz observei o quanto é importante o contato direto com a realidade e rotina escolar na qual irei atuar.É através desde curso, que posso observar o que na prática realmente acontece.O estágio foi iniciado com um levantamento de dados por meio documentais e entrevistas, foram avaliados o quadro funcional, isto é a escola do campo.Desde inicio da escolaridade o problema aprendizagem em sala de aula foi um dos motivos para a-comunidade melhorar a qualidade do ensino-aprendizagem na Escola M - E - F - Vereador Corrêia Diniz.Tendo em vista incentivos, criar menos para chamar a atenção do aluno na aprendizagem em sala de aula essas dificuldades expressa com clareza os problemas que se concentra a maioria dos alunos em ler e escrever e se tornar um cidadão consciente e participativo.A escola deve ser um espaço de formação e não apenas de leitura e escrito sem significado como afirma Solange Schemim da Matta (2009 pag, 93)." preciso confirmar se o aluno lê e escreve afetivamente, pois só assim ele pode enfrentar o mundo cidadão participativo, reflexivo e autônomo".

Os desafios e dificuldades, são enfrentados por todos e em todas as escolas. Dessa forma a Educação do campo também enfrenta os mesmos problemas, e na sua maioria em um grau mais elevado à carência de recursos, dificuldades geográficas e sua distância com os grandes outros.

O monostério da Educação juntamente com o poder publico, federal, municipal, estadual e pedagógicos traçaram projetos educacionais para que a Educação cheque ao aluno do campo com qualidade e seu poder perder suas raízes, despertando o raciocínio de cada um. Mesmo com todo esse aparato para a

Educação, existe a preocupação em solucionar as dificuldades de aprendizagem ainda para a Educação em solucionar as dificuldades de aprendizagem ainda encontradas na Educação do campo, uma demonstração desse esforço dos órgãos públicos são as campanhas criadas para amenizar a situação de descaso nas Escolas do campo. Para diminuir as situações de dificuldades vivenciadas por alunos e professores das escolas rurais, foi direcionada a CNER,-Campanha Nacional de Educação Rural (1959,p. 17) Para romper este círculo vicioso da pobreza, o poder público tem diante de se o encargo de empreender uma ação profunda e ação do poder público tem diante de se profunda e total sobre as comunidades rurais, unindo a educação fundamental às indispensáveis reformas da estrutura agrária.

A campanha foi criada com o objetivo de conscientização e diminuição da pobreza levando assim, o estudante do campo a participar ativamente da vida em sociedade.

De acordo com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a identidade das escolas do campo é definida; "pela sua" vinculação as questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciências e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos.

As escolas do campo, por estarem localizadas fora do espaço de concentração populacional, ficam "esquecidas" e, assim, levam o poder público a não utilizar de forma correta os recursos a elas destinados.

Um exemplo dessa falta de atenção se da no sentido dos recursos destinados aos alunos deste seguimento da educação básica.Para o aluno matriculado na escola do campo, estes recursos são duplicados.Cada aluno matriculado corresponde a dois alunos das escolas urbanas, mas estes recursos não são utilizados em benefício dos mesmos.Muitos são utilizados para suprir outras necessidades, enquanto o aluno do campo convive com a falta de estrutura das escolas, a falta de material pedagógico,de merenda escolar de qualidade e insuficiente e outras privações que, por falta de administração deste recursos e, também, por falta de conhecimento dos direitos inerentes a eles, por parte dos pais, eles recebem educação inadequada e sem qualidade.

Maria de Fátima da Silva

1. A REALIDADE EDUCACIONAL DO CAMPO

A Educação do Campo apresenta características e realidade diferenciadas da educação urbana. Estas características estão presentes em todos os aspectos deste seguimento da Educação Básica.

Há uma grande luta para superar os obstáculos que a Educação do Campo sempre apresentou. Sempre encontramos escolas fechadas para o mundo interior, desprezando o conhecimento prévio que o aluno dispõe e priorizando apenas o conhecimento técnico, imposto pelos livros didáticos. Na maioria destas escolas, há profissionais preocupados em cumprir o calendário letivo criado pelas Secretarias, trabalhando conteúdos sem significado para a vida do aluno e esquecendo-se do real valor que a escola tem: preparar para a vida e para superar os obstáculos e as adversidades.

As escolas apresentam situações diferenciadas: os alunos recebem recursos e atenção de acordo com a classe social a que pertencem. Os filhos dos trabalhadores são obrigados a aceitar o que é imposto pela classe social dominante, que detém o poder e gere os recursos, assim, recebem os materiais didáticos de menor qualidade (fora do seu contexto) e frequentam as escolas, nas quais, a falta de espaço físico e de recursos pedagógicos que fatores cruciais para interferir negativamente no seu desempenho escolar e no desenvolvimento de uma prática pedagógica satisfatória realizada pelos educadores, deixando a desejar o ensino que estes tem como direito garantido por lei.

Há algumas décadas que os órgãos responsáveis pelo desenvolvimento da Educação do campo criaram projetos, leis e campanhas para tentar amenizar a situação e diminuir as dificuldades que os educando deste seguimento enfrentam.

Em muitas comunidades rurais a falta de oportunidade e de acesso à educação é o fator de maior interferência para o desenvolvimento de uma prática pedagógica eficiente. Os estudantes do campo, na maioria das vezes, tem direito apenas a educação básica referente às séries iniciais (Educação Infantil ao 5º Ano do Ensino Fundamental) e, em alguns casos, a segunda etapa do Ensino Fundamental com muita precariedade, desestimulando este educando a dar prosseguimento aos estudos, pois não tem condições a concorrer com outros educando em níveis mais elevados do ensino.

A situação acima citada, além de ser um empecilho, é contraditória ao que a lei maior do país ressalta. Segundo a Constituição Federal de 1988 no seu artigo 208 assegura a educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade.

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988, Artº 208).

Assim, os educando do campo são prejudicados quanto aos direitos inerentes a eles no que diz respeito à Educação. A partir do momento em que eles não têm escolas com todas as etapas da Educação Básica, muitos, deixam de estudar e vão em busca de outra forma de sobrevivência e, assim, passam a trabalhar na agricultura ou em usinas e fábricas, espaços de trabalho que não exige escolaridade na função da qual venha desempenhar .

Por falta de política pública por parte do poder público, os educando concluem a etapa da educação básica referente às séries iniciais, precisam se deslocar das áreas rurais onde vivem em busca de conhecimento na zona urbana e, assim, quando concluem esta etapa deixam o campo pra viver nas cidades ficando este cada vez mais poucos habitantes e, as cidades com um contingente humano além da capacidade, elevando-a as aumentando dos índices de violência, desemprego a falta de moradia, sem falar na quantidade de desocupados, gerando grandes problemas ocasionados pelas drogas.

São problemas que precisam ser superados e, acima de tudo, amenizados. Numa gestão democrática com a participação de alunos, comunidade, professores e funcionários no contexto educacional do campo contribui para o crescimento da Educação do Campo, que é um tema apenas em início de estudos, em fase de crescimento e avanço dentro do espaço educacional.

A LDB, no seu artigo 14, destaca a importância da gestão democrática no ensino público de acordo com suas peculiaridades.

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalente.(LDB, Lei 9.394/96,Artº 14).

Neste artigo a LDB tornam o ensino público democrático e participativo de acordo com suas peculiaridades, o que não é peculiar na Educação do Campo.

Constatamos que a Educação do Campo segue o calendário e o currículo destinado a todas as escolas urbanas e rurais, isto é não favorecendo ao educando rural no que se refere à educação do Campo a LDB (Lei 9394/96) ressalta a importância de se respeitar as peculiaridades locais e o calendário inerente à Educação do Campo.

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (Lei 9394/96, Artº 28)

Mesmo a LDB assegurando os direitos dos educandos do campo, tais direitos lhes são desrespeitados na prática. Grande parte das Escolas do Campo não tem calendário escolar adequado às peculiaridades locais e os conteúdos escolares apresentados aos alunos, são os mesmos dos Livros Didáticos que são utilizados pelas Escolas Urbanas, desrespeitando o seu contexto social.

A Educação do Campo deve seguir os padrões peculiares ao campo não visando à cidade como um paraíso a ser conquistado. Ter a realidade do aluno do campo na sala de aula e, partir do conhecimento prévio e das experiências trazidas por ele, planejar aulas e atividades que despertem o interesse e incentivem na

busca do conhecimento significativo, no seu contexto.

Os órgãos responsáveis pela educação, através de pareceres, decretos e leis determinam que a Educação do Campo possibilite aos cidadãos adquirir consciência de seus deveres e direitos. O Conselho Nacional de Educação destaca a importância de se ter consciência e buscar o que é inerente ao estudante do campo, dando destaque a sua realidade.

A educação do campo tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas ultrapassa, ao acolher em si, espaços pesqueiros, caçaras, ribeirinhas extrativistas. O campo nesse sentido, mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana. Assim focalizada, a compreensão de campo não se identifica com o tom de nostalgia de um passado rural de abundância e felicidade que perpassa parte da literatura, posição que subestima a evidência dos conflitos que modificam as forças econômicas, sociais e políticas no país. (CNE/CEB Nº 36/2001)

Assim a Educação do Campo se apresenta como um seguimento em destaque e com características próprias e diferenciadas da Educação Urbana. O campo se apresenta como um espaço de humanização, de crescimento e harmonia. Espaço que, se tratado com o respeito devido, fornecerá qualidade de vida e tranquilidade aos que nele residem. Cabe ao poder público elaborar políticas públicas que favoreçam a Educação do Campo como manda a lei.

2. A CONCEPÇÃO DE PAULO FREIRE ACERCA DA EDUCAÇÃO NO CAMPO

A Educação do Campo não está presente apenas nos projetos e leis que discutem e regulamentam a educação. Teóricos, pesquisadores, escritores e educadores promoveram, discutiram, debateram e, ainda nos dias atuais, debatem sobre este tema de tanta significância para o crescimento do estudante que dele participa.

Dentre os autores preocupados com o tema, encontramos Paulo Freire que sempre discutiu a situação a qual o trabalhador estava inserido e, assim, colocava em foco a Educação do Campo, tornando este seguimento da educação mais propício ao desenvolvimento e, deixando-o mais acessível à compreensão dos educadores que nele trabalham.

Dos muitos momentos dedicados por Paulo Freire à Educação do Campo ele destaca a importância de se ter uma educação voltada para a realidade do aluno, trabalhando os aspectos significativos da sua vivência.

Á educação cabia atentar para a realidade existencial do povo. Impunha-se trabalhar com o povo e não para povo, envolvê-los em trabalhos de grupo, em debates e estudos que favorecessem a formação da consciência e o preparo para o autogoverno. (FREIRE, 1959)

Diante desta perspectiva Paulo Freire ressalta a importância de desenvolver uma prática pedagógica direcionada à realidade do aluno. Esta concepção não é diferente quando se trata de Educação do Campo, neste ambiente educacional é bem mais necessário dar ênfase a esta prática voltada para a vivência do estudante, para a sua realidade local.

Trabalhar os conteúdos escolares proporcionando interdisciplinaridade com as características da vida no campo proporcionará ao aluno produzir o seu conhecimento e, assim, a formação do aluno do campo será voltada para a conscientização, tornando-o um cidadão participativo das decisões coletivas.

Para Paulo Freire uma forma de tornar o aluno do campo um cidadão consciente era envolvê-lo nos movimentos sociais, dar oportunidade de participação

nas atividades voltadas para mudanças. Ele sempre demonstrou preocupação com a prática educativa voltada para assistencialismo, para tornar o aluno dependente, escravizado.

O assistencialismo é uma forma de ação que rouba ao homem condições à consecução de uma das necessidades fundamentais da alma humana - a responsabilidade (...). No assistencialismo não há responsabilidade. Não há decisões. Só há gestos que revelam passividade e domesticação do homem. (FREIRE, 1959, p. 14)

Com este pensamento Freire ressalta a importância de se realiza, em sala de aula, um trabalho voltado para a conscientização, para a busca do conhecimento, para a construção de um conhecimento significativo que possa tornar o aluno do campo um cidadão capaz para que ele não necessite tornar-se um adulto dependente.

Mesmo esta preocupação de Paulo Freire acontecendo há décadas, nos dias atuais esta prática é constante na Educação e, principalmente, na Educação do Campo. É comum, nas escolas rurais, a matrícula de alunos, apenas porque os pais recebem algum tipo de assistencialismo por parte do governo.

Um exemplo disto é o programa de assistencialismo do Governo Federal é a BOLSA ESCOLA. Muitos pais matriculam seus filhos na escola com intuito, apenas, de receber o benefício. Muitos, depois de efetuarem a matrícula, esquecem que a escola existe e não acompanham a vida escolar do filho, dificultando cada vez mais o desenvolvimento da aprendizagem do aluno e impossibilitando também, o trabalho do professor.

Uma preocupação constante de Paulo Freire estava voltada para o que a escola oferece ao estudante. Esta forma generalizada de aprendizagem estava sempre presente em seus discursos que tinha um direcionamento para a conscientização do homem.

Numa sociedade de classes, são as elites do poder, necessariamente, as que definem a educação e, conseqüentemente, seus objetivos. E estes objetivos não podem ser, obviamente, endereçados contra os seus interesses. (FREIRE, 1976, p. 116)

O debate a respeito da preocupação de Freire com o que é imposto aos alunos sem respeitar o conhecimento prévio dos mesmos é de fundamental importância para o crescimento da educação. Nas Escolas do Campo esta situação é ainda mais preocupante. A falta de recursos e as dificuldades impostas pelo poder público para a Educação do Campo deixam os alunos sem alternativas para escolher que formação buscar. Eles se acomodam e recebem o que é a eles transmitido, sem preocupação de saber se é adequado ou não, ao seu desenvolvimento.

Neste contexto, a Educação do Campo fundamental no pensamento freireano, os sujeitos envolvidos estariam, através de sua luta, caminhando em busca de sua libertação, tendo como princípio a seguinte afirmação:

Que esta luta não se justifica apenas em que passem a ter liberdade para comer, mas "liberdade para criar e construir, para admirar e aventurar-se". Tal liberdade requer que o indivíduo seja ativo e responsável, não um escravo nem uma peça bem alimentada da máquina. Não basta que os homens não sejam escravos; se as condições sociais fomentam a existência de autômatos, o resultado não é o amor à vida, mas o amor à morte. Os oprimidos que se "formam" no amor à morte, que caracteriza o clima da opressão, devem encontrar, na sua luta o caminho do amor à vida, que não está apenas no comer mais, se bem que implique também nele e dele não possa prescindir. (FREIRE 1987, p. 31)

Com esta fundamentação é possível entender que para tornar o aluno do campo um cidadão participativo, é necessário desenvolver uma prática pedagógica priorizando as ações praticadas pelo aluno no seu dia-a-dia e, com isto, deixá-lo livre para entender como o conhecimento produzido pode ser eficaz nos momentos de decisões coletivas.

Somente a formação e o desenvolvimento de uma conscientização capaz de aprender criticamente as características da realidade particular possibilitariam o exercício de uma atuação criadora e participativa.

3. A PARTICIPAÇÃO DO PODER PÚBLICO NAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DO CAMPO

Como em outros seguimentos da educação, o poder público também deixa a desejar quando se trata de Educação do Campo. Projetos, leis, decretos e outros documentos oficiais são elaborados, mas o que constatamos é que, tais documentos, ficam apenas na teoria, na prática das salas de aulas das Escolas do Campo, a realidade é bem diferente.

O poder público não cumpre as atribuições que ele são inerentes, quando se trata de Educação de Campo. Há escolas que funcionam como verdadeiros depósitos de crianças e são situações que dependem, exclusivamente, de ações do poder público.

Este cenário presente na Educação do Campo acontece por se tratar de um seguimento da educação que, até pouco tempo, não despertava interesse por parte do poder público. Só a partir de 1947, com a Campanha Nacional de Adolescentes e Adultos trazendo resultados positivos é que o governo volta o olhar para a Educação do Campo e em 1959 lança a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), que tinha como objetivos:

- 1) Investigar e pesquisar as condições econômicas, sociais e culturais da vida rural brasileira;
- 2) Preparar técnicos para atender às necessidades da Educação de Base;
- 3) Promover e estimular a cooperação das instituições e dos serviços educativos existentes no meio rural e que visam ao bem comum;
- 4) Concorrer para a elevação dos níveis econômicos da população rural pela introdução, entre os rurícolas, de técnicas avançadas de organização e de trabalho;
- 5) Contribuir para o aperfeiçoamento dos padrões educativos, sanitários, assistenciais, cívicos e morais das populações do campo;
- 6) Oferecer, enfim, orientação técnica e auxílio financeiro a instituições públicas e privadas que, atuando no meio rural, estejam integradas nos objetivos e finalidades do seu plano. (CNER, 1959)

Com estes objetivos e pesquisas a respeito do tema voltado para a

Educação do Campo o governo dava o pontapé inicial para desenvolver projetos de desenvolvimento e crescimento deste tema.

O objetivo primordial da campanha era levar a Educação de Base para o meio rural, já se passaram décadas e este objetivo não foi totalmente alcançado. Atualmente, ainda há localidades rurais em que este objetivo não saiu, sequer, do papel. O que comprova o desinteresse do poder público pelos estudantes rurais. Estes ficam na dependência, sempre, das Escolas Urbanas.

A campanha (CNER) tinha um foco e os objetivos eram bons, mas logo de início na implantação da mesma, foram detectados obstáculos que dificultaram a efetivação destes objetivos. O principal foi, segundo relato da própria campanha, a falta de técnicos em Educação de Base, a falta de formação adequada sem diretrizes para a Educação do Campo dificultando assim, o crescimento da Educação do Campo.

Mesmo o Brasil tendo sua origem no meio rural, as constituições de 1824 e 1891 não destacaram este seguimento da educação, deixando em evidência o descaso, por parte do poder público, com este tema.

Depois de muitas décadas e sentindo-se pressionado pelos movimentos sociais, outras campanhas e projetos também foram criados para com a atenção direcionada à Educação do Campo. Um exemplo desta força construída pelos movimentos sociais e pela participação popular foram os decretos e pareceres, homologados pelos governantes, para elaborar as diretrizes para a Educação do Campo.

A Resolução Nº 1 de abril de 2002 elaborou e consolidou as diretrizes voltadas para a Educação do Campo. No referido documento, o Ministério da Educação e Cultura- MEC ratifica os direitos, assegurados por lei, à Educação do Campo.

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo a serem observadas nos projetos das instituições que integram os diversos sistemas de ensino.

Parágrafo único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à

qualidade social da vida coletiva no país.(RESOLUÇÃO Nº 1 DE 2 DE ABRIL DE 2002)

Além de consolidar os direitos inerentes à Educação do Campo, a resolução ainda orienta para a importância de se trabalhar os saberes da comunidade rural, respeitando os valores dos antepassados e associando as inovações tecnológicas à realidade social do aluno do campo.

São orientações que, algumas vezes, não são seguidas por educadores e profissionais que desenvolvem sua prática nas Escolas do Campo. Os motivos do não cumprimento da resolução se dão no sentido da falta de formação adequada para os educadores que lá estão.

Muitos, ou a grande maioria dos professores das Escolas Rurais, não recebem nenhuma formação para trabalhar em tais escolas e com isso, não desenvolvem uma prática pedagógica voltada para respeitar os valores trazidos pelos estudantes do campo.

Para amenizar a situação, a LDB ressalta que o poder público deverá proporcionar formação adequada para os profissionais da educação, de acordo com as necessidades apresentadas por cada seguimento da educação.

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

II - Aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim.(LDB-LEI 9394/96)

Mesmo a formação continuada, sendo um direito assegurado por lei, à maioria dos educadores das Escolas do Campo não a recebe. Chegam às salas de aula apenas com a teoria do que aprendeu nas grades curriculares do curso Normal ou, na Universidade, sem ter o conhecimento da realidade do aluno do campo.

São inúmeros fatores que interferem para que o ensino nas Escolas do Campo não aconteça de maneira eficiente e propícia ao estudante rural. Em setembro de 2007, o MEC elaborou e aprovou mais um parecer para assegurar a Educação Básica, pública e de qualidade nas Escolas de Campo.

Considerando o exposto sobre a realidade da Educação do Campo e, sobretudo, a ausência de normas sobre os modelos de nucleação, solicitamos aos CNE que avalie a oportunidade de se pronunciar no sentido de orientar aos Estados e Municípios para o atendimento da Educação Básica nas escolas do campo de maneira a garantir aos alunos os seus direitos a uma educação pública de qualidade. (PARECER CNE/CEB Nº23/2007)

Até com o MEC elaborando documentos e ressaltando a importância de se consolidar a Educação do Campo como um espaço de qualidade e que atenda a todos que nele residem, é de fácil constatação que o que é determinado não ocorre nas Escolas do Campo.

É importante ressaltar que, em muitas escolas, o professor desenvolve o trabalho pedagógico sem ter acesso aos recursos necessários, tornando o processo pedagógico sem qualidade e cumprindo, apenas como currículo pré-estabelecido pelos órgãos competentes, sem ter condições de formar cidadãos conscientes dos seus direitos e responsáveis por seus deveres.

Outro fator que interfere na aprendizagem dos alunos do campo está relacionado ao transporte escolar que é utilizado pelos estudantes do campo. Em muitos casos são transportes que estão em situação precária, colocando em risco o estudante do campo. Em fevereiro de 2008, o MEC elaborou um documento que ressalta a importância do transporte escolar adequado aos alunos do campo (PARECER CNE/CEB Nº 3/2008) "Quando se fizer necessário à adoção do transporte escolar, devem ser considerados o menor tempo possível no percurso residência-escola e que as crianças sejam transportadas do campo para o campo". O parecer expedido e aprovado pelo MEC tem o objetivo de valorizar a Escola do Campo, deixando explícito que quando não houver escola próxima à localidade onde o aluno reside, ele terá direito ao transporte escolar para se locomover de uma Escola para outra, também do campo.

Os obstáculos não são apenas no tocante ao transporte escolar, constantemente o professor da escola do campo se depara com situações que são verdadeiros obstáculos para o desenvolvimento eficaz do seu trabalho. A educação que é oferecida aos alunos do campo é historicamente precária. Ao longo do tempo a tecnologia se desenvolveu, chegou às escolas, mas esta evolução não contempla a Escola do Campo. São raras as situações em que se encontra uma Escola do

Campo esteja acessível aos equipamentos tecnológicos que possibilitam a interação do aluno com o mundo tecnológico.

Nas situações de aprendizagem, a tecnologia se torna um recurso eficaz para a construção do saber e é uma mediação necessária para um trabalho produtivo. Este recurso deve fazer parte do cotidiano da Escola do Campo. Não é necessário que estes recursos tecnológicos estejam, apenas, presentes na sala de aula, mas que seja utilizado de maneira que se torne parte do cotidiano escolar e de vivência do aluno. Utilizar tecnologia na sala de aula não significa colocar filmes, ligar uma TV, digitar um texto em um computador, mas levar o aluno a interagir com tais recursos e proporcionar a ele a produção do conhecimento através da tecnologia.

Em decorrente do ano, o MEC lançou o PRONACAMPO- Programa Nacional de Educação do Campo. O programa prevê a elaboração materiais didáticos e pedagógicos específicos os alunos do campo.

Conjunto de ações articuladas que asseguram a melhoria do ensino nas redes existentes, bem como, a formação dos professores, produção de material didático específico, acesso e recuperação de infraestrutura e qualidade na educação no campo em todas as etapas e modalidades:

Eixo I - Gestão e Práticas Pedagógicas;

Eixo II - Formação de Professores;

Eixo III - Educação de jovens e adultos, Educação Profissional e Tecnológica;

Eixo IV - Infraestrutura Física e Tecnológica. (PRONACAMPO - DECRETO Nº 7.352/2010)

São ações que, se implantadas efetivamente, tornarão a vida do aluno do campo mais acessível à tecnologia proporcionando escola integral para o estudante, contribuindo com a prática docente disponibilizando formação inicial, continuada e pós-graduação para os professores do campo, educação profissional e tecnológica para os jovens do campo que desejam se desenvolver socialmente, infraestrutura física e tecnológica voltada para a Educação Digital com o objetivo de facilitar a vida do estudante do campo e possibilitando aos mesmos a interação e o acesso ao desenvolvimento das tecnologias, como forma de crescimento social, educacional e pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível notarmos que os trabalhadores rurais, buscam na agricultura familiar a base de suas lutas; políticas, ao mesmo tempo a questão da educação do campo no Brasil sempre foi um desafio a ser vencido historicamente, assim como, nunca houve interesse por parte das políticas públicas educacionais de se pensar num projeto político-pedagógico que abrangesse a realidade do campo e os problemas que surgem da realidade socioeconômica influência a concepção de educação que é oferecida aos povos do campo, na verdade predomina é uma imagem, histórica que a mesma serve apenas para se aprender as primeiras letras.

Temos a noção que a escola forma sujeitos de direitos, mas por influência do urbano, não estão reconhecendo da diversidade.

Compreende-se que a educação voltada para o campo deve trabalhar sempre na busca do desenvolvimento de um conceito amplo e satisfatório as necessidades das camadas populares precisam ter plena convicção de que, a escola do campo é necessária para se cultivar essa própria identidade do indivíduo, sabe-se que a educação rural oferecida na Escola Municipal de Ensino Fundamental Vereador Israel Correia Diniz, localizada na zona rural de Santa Rita – PB, assim como, no Brasil demonstra sérios problemas que deverão, nestes próximos anos, estar sendo refletidos nos movimentos sociais do campo.

Acreditamos que há outra renovação sendo construídas, na tentativa constante das políticas educacionais excluïrem dos projetos educativos do setor primário as contradições que assolam o campo brasileiro.

Os problemas que surgem da realidade influência a concepção de educação que é oferecida ao homem do campo, essa realidade cruel gera apenas exclusão social dos indivíduos do meio rural

REFERÊNCIAS

BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira. **A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números.** disponível em :<http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n31/v11n31a03.pdf> acessado em 116 de junho de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Câmara de educação Básica Resolução n2, de 28 de abril de 2008.

CALDART, Roseli Salete. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo.** <disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a16.pdf>> acessado em junho de 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GOMES, Nilma L.. Diversidade e currículo. In: BEAUCHAMP, J.; PAGEL, S.D.; NASCIMENTO, A. R.. **Indagações sobre currículo.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

IANNI, Octavio. Estado e Capitalismo.2.ed. São Paulo. Brasiliense.2009.NETTO, J.P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 7 ed. São Paulo, 2009.

SILVA, Jose, Graziano. **Os velhos e novos mitos do rural.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a05.pdf> >acessado em 26 de abril de 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo e identidade social: territórios contestados. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Alienígenas na sala de aula.** Petrópolis: Vozes, 1995.